



Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS Belo Horizonte, ano 8, n. 15, dez. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Possibilidade legal de remuneração da Diretoria Estatutária de entidades sem fins lucrativos possuidoras de CEBAS
Josenir Teixeira
- ◆ A intermediação de mão de obra por Organizações Sociais na saúde pública paulista
Eduardo Senna Lobo
- ◆ A aplicação da Lei de Improbidade Administrativa a Organizações Sociais
Thiago Mesquita Teles de Carvalho
- ◆ Do abuso do poder-dever regulamentar na expedição do Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 – Análise do Decreto frente às Leis Federais nºs 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 11.906, de 20 de janeiro de 2009
Kátia Regina Camila Catalano
- ◆ O terceiro setor como instrumento de cooperação entre o Estado e a sociedade civil
Eulálio Pereira Duarte

Parecer

- ◆ Entidades culturais e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à luz da Lei nº 12.101/2009
Rafael Neumayr, Alessandra Isabela Drummond de Alvarenga

Decisão do Tribunal de Contas da União - TCU

- ◆ Auditoria. Fiscalização de orientação centralizada. Verificação do cumprimento dos requisitos legais e demais normas aplicáveis por parte das entidades detentoras do certificado de entidades beneficentes de assistência social. Constatação de desconformidades. Determinação. Processo nº 026.169/2013-4

Jurisprudência Comentada

- ◆ Imunidade tributária à contribuição ao PIS das entidades beneficentes de assistência social – Acertos e erros. Comentários ao Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, Pleno, do Supremo Tribunal Federal
Leandro Marins de Souza

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Repercussão geral – Imunidade tributária – Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei – IPTU – Lote vago – Não incidência

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Processual – Tributário – Pis – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

◆ **Tribunal Superior do Trabalho**

Responsabilidade subsidiária – Ente público – OSCIP – Termo de parceria – Gratificação de produtividade – Desprovinimento

◆ **Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**

Inexistência de responsabilidade subsidiária – Convênio de cooperação público-privado

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Direitos autorais – Recolhimento – Transmissão – Obra musical – Emissora não intenciona lucro na execução da obra

Legislação

- ◆ Legislação

Resenhas

- ◆ SALIONE, Beatriz Casmamie Curiati. Administração Pública por resultados e contratos de gestão com as organizações sociais: o uso do balanced scorecard como ferramenta de avaliação de desempenho. 208 f. Dissertação (Mestrado em Direito)–Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Chamada Pública

- ◆ Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS n. 16